

A COMUNICAÇÃO NA FAMÍLIA CARACTERIZADA PELA PSEUDOMUTUALIDADE E PELO DUPLO VÍNCULO

Ieda Tinoco Boechat¹
Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral²
Carlos Henrique Medeiros de Souza³

RESUMO: As interações sociais humanas se iniciam, quase sempre, na família, entendida de modo amplo como uma união de pessoas estabelecida por laços consanguíneos e/ou afetivos. A comunicação em família pode favorecer ou não o pleno desenvolvimento de seus membros. O objetivo deste artigo é estudar as relações interpessoais no contexto familiar caracterizadas pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo, fenômenos relacionais que podem dificultar a comunicação a ponto de comprometer a interação familiar. Para tanto, explicita a concepção sistêmica de família; evidencia a relevância da linguagem e da cognição na comunicação e na interação humanas para as relações no ambiente familiar; e caracteriza a pseudomutualidade e o duplo vínculo. Supõe-se que os padrões de comunicação e de interação familiares, que não consideram a metacomunicação e impedem a metacognição, comprometem a identidade pessoal, o pensamento reflexivo e o desenvolvimento intelectual e socioafetivo de seus membros. Assim, este estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, problematiza a questão: de que modo a cognição e a linguagem podem favorecer a interação familiar? Discute-se que para haver uma interação familiar ótima é necessário valorizar a espontaneidade na tomada de decisões, entusiasmo na participação conjunta e a exploração de divergências entre concepções que valorize a argumentação e a contra-argumentação, a fim de favorecer o desenvolvimento do pensamento reflexivo por meio de relações familiares mutuais. Conclui-se que a interação familiar requer liberdade para a autoexpressão de sentimentos e pensamentos, com intuito de favorecer a cognição e a metacognição, a comunicação e a metacomunicação, processos fundamentais ao desenvolvimento socioafetivo, intelectual e psíquico de seus membros, em nível individual e coletivo.

Palavras-chave: relações interpessoais; metacognição; divergência; cognição e linguagem.

INTRODUÇÃO

A pessoa se instaura na e pela linguagem na relação uns com os outros. Essas interações sociais humanas se iniciam, quase em sua totalidade, na família, entendida como uma união de pessoas estabelecida por laços consanguíneos e/ou afetivos.

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF. Especialista em Psicologia Humanista-Existencial, Terapia Familiar e Psicopedagogia. Professora no Centro Universitário São José de Itaperuna. Psicóloga Clínica e Terapeuta de Família.

² Mestre em Cognição e Linguagem – UENF. Professora de Direito Civil no Curso Jurídico da Universidade Iguazu e da Rede *Doctum*, Professora no Curso de Medicina da Universidade Iguazu/Itaperuna.

³ Doutor em Comunicação e Mídia (UFRJ), Mestre em Educação pelo CES/JF, Licenciado em Pedagogia pela UNISA, Bacharel em Direito pela Universo e Bacharel em Sistemas de Informação pelo CES/JF. Coordenador da Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Cognição e Linguagem (PGCL/ UENF)

A família, na perspectiva sistêmica, estabelece-se pela união de duas pessoas adultas que fazem convergir dois sistemas familiares com a possibilidade de se conformar em um único sistema, para efetivamente se constituir família com a chegada do primeiro filho. Esse novo sistema far-se-á novo, se as pessoas conseguirem reformular os modos de comunicação e interação pela reflexão e atualização, instaurando um sistema com identidade própria.

Nesse processo, o casal, com suas visões de mundo distintas e, algumas vezes, muito particulares, buscarão constantemente, por meio de acordos e ajustes, dirimir discordâncias e conciliar divergências para encontrarem a própria identidade do novo sistema familiar. Caso contrário, podem experimentar aí fenômenos relacionais que dificultam a convivência de seus membros, como a pseudomutualidade e o duplo vínculo, objetos de estudo deste trabalho.

Assim, este artigo, objetiva estudar as relações interpessoais no contexto familiar caracterizadas pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo, fenômenos relacionais que podem dificultar a comunicação e comprometer a interação familiar, problematizando a questão: de que modo a cognição e a linguagem podem favorecer a interação familiar? A fim de encontrar respostas para tal proposição, explana como a teoria sistêmica concebe família; evidencia a relevância da linguagem e da cognição na comunicação e na interação humanas para as relações no ambiente familiar; e caracteriza a pseudomutualidade e o duplo vínculo, objetos de estudo deste.

Acredita-se que, na família, os padrões de comunicação e de interação que impedem a metacomunicação e a metacognição comprometem a identidade pessoal, o pensamento reflexivo e o desenvolvimento intelectual e socioafetivo dos familiares. Desse modo, justifica-se este trabalho na medida em que se propõe a realçar a necessidade da metacomunicação e da metacognição na interação entre os familiares, a fim de prevenir entraves desnecessários na comunicação, até mesmo o adoecimento, que podem prejudicar tanto os relacionamentos interpessoais quanto a vida de cada um individualmente.

Talvez se torne relevante tal estudo se se puder vislumbrar os efeitos de um entendimento sistêmico das relações familiares que permita aos membros da família, interdependentes e corresponsáveis, atualizarem potencialidades e criarem

possibilidades, valorizando as diferenças, a fim de se apoiarem no desenvolvimento de seus aspectos cognitivo, afetivo e social, o que vai refletir diretamente na construção do conhecimento e na aprendizagem, no autoconceito e no autorrespeito, na autonomia para assumir responsabilmente as consequências de suas decisões e na autoconfiança para enfrentar desafios, favorecendo o exercício pleno da cidadania e a realização pessoal e profissional.

Por meio de pesquisa bibliográfica, buscaram-se, então, nas proposições dos teóricos da terapia familiar sistêmica e da linguística, subsídios para se proporem reflexões e se discutirem formas de contribuir para que a interação que efetivamente considera a metacomunicação e valoriza a metacognição, aconteça de modo satisfatório entre os integrantes de uma família.

1. A FAMÍLIA NA PERSPECTIVA SISTÊMICA

A terapia familiar sistêmica breve formula, consoante Calil (1987), seu arcabouço teórico a partir da Teoria Geral dos Sistemas de Von Bertalanffy que define a família como um sistema aberto, devido ao movimento de seus membros dentro e fora de uma interação uns com os outros e com os sistemas extrafamiliares, tendendo a funcionar como um sistema total, onde as ações e os comportamentos de um dos membros influenciam e, simultaneamente, são influenciados pelos de todos os outros.

As propriedades dos sistemas abertos, encontrados também nos sistemas familiares, segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1981), são: globalidade (quando uma parte do sistema se modifica, as demais também se modificarão para se adaptarem, pois os sistemas são um todo coeso e a interação entre seus elementos é circular e não linear; um sistema jamais equivale à soma de suas partes, pois há que se considerar os contextos interacionais); retroalimentação (por *feedback* positivo, o sistema se transforma e evolui, promovendo a morfogênese; por *feedback* negativo, o sistema reduz as perturbações para voltar ao equilíbrio e manter a homeostase – equilíbrio dinâmico que permite, ante a mudanças, o sistema manter sua estabilidade e seu funcionamento por um processo de autorregulação); equifinalidade (um resultado é gerado por condições iniciais diferentes e um mesmo evento pode determinar diferentes resultados).

Considerando tais pressupostos, a terapia familiar sistêmica oferece abordagens que pretendem ajudar as famílias nas dificuldades que porventura possam atravessar em suas relações interpessoais. Diz Calil (1987) que a *escola estrutural* dedica-se, em especial, à reorganização da família pela modificação das características das fronteiras do sistema familiar e seus subsistemas ou do relacionamento hierárquico de seus membros; a *escola estratégica breve* enfatiza os padrões de comunicação e de interação, considerando que estes definem relacionamentos humanos; e o *grupo de Milão* ressalta o dilema mudar/não mudar experimentado pelas famílias que tendem a limitar seu crescimento e evitam alterar seus padrões relacionais por considerarem mudanças uma ameaça aos padrões estáveis de relacionamento.

Desse modo, a família pensada de modo sistêmico pode ser comparada em suas características ao sistema aberto e ser concebida como uma estrutura em que as pessoas se comportam, organizam-se e funcionam sob certos padrões de interação e de comunicação, seguindo regras para alcançarem seus objetivos. No entanto, a manutenção de tais padrões exige reflexão e atualização, mas, muitas vezes, isso não acontece.

A família, na perspectiva sistêmica, segundo Carter e McGoldrick (2007), constitui-se pela união de duas pessoas (adultas) que modifica dois sistemas familiares inteiros e desenvolve um terceiro sistema com identidade própria. O novo sistema efetivamente se constitui família com a chegada do primeiro filho, que inaugura, trazendo novamente muitas mudanças. Importa realçar que essas pessoas que se unem eram e continuarão sendo membros de sistemas que já possuíam suas características e expectativas próprias como grupo, assim como suas expectativas pessoais, inclusive, em relação às gerações futuras. Isso requererá, a cada nova fase vivenciada pela nova família, reorganização e atualização.

No entanto, algumas pessoas parecem apenas reagir automaticamente às vivências em família. Talvez pelo fato de que tais vivências lhes sejam tão “familiares”, ou seja, tão próximas e tão próprias que não conseguem o distanciamento necessário para uma reflexão que favoreça mudanças naquilo que, obviamente se houver, não lhes seja interessante viver. Sob a convicção de que “na

minha família era assim”, imersas na atmosfera familiar, fazem aquilo que sabem fazer da melhor forma possível, muitas vezes, certas de estarem fazendo o melhor, mas sem troca dentro e fora do sistema familiar e sem avaliar as consequências de suas atuações.

Assim, além de todas as diferenças anteriormente mencionadas que podem gerar conflitos entre os familiares, dois fenômenos relacionais parecem comprometer as relações interpessoais no âmbito da família, por não considerarem a metacomunicação e impedirem a metacognição, quais sejam, a pseudomutualidade e o duplo vínculo.

2.FENÔMENOS RELACIONAIS FAMILIARES POTENCIALMENTE COMPROMETEDORES

O ser humano se instaura na e pela linguagem na relação uns com os outros. Segundo Alkmim (2001), em uma concepção benvenistiana, é dentro da língua e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam reciprocamente, uma vez que somente pela língua ambos passam a existir.

As interações sociais humanas se iniciam, quase em sua totalidade, na família. Wynne et al. (1980) apoiam-se na ideia de que a tendência a se relacionar com outros seres humanos constitui uma “necessidade” fundamental da existência humana e de que todo ser humano tende, consciente e inconscientemente, a desenvolver permanentemente um sentido de identidade pessoal, o que confere continuidade e coerência à experiência, apesar dos constantes estímulos internos e externos. Assim, os autores apontam que a necessidade universal de resolver tanto os problemas de relação como os de identidade conduz a três principais “soluções”: a mutualidade (espontaneidade para decidir e se posicionar), a não mutualidade (confere espontaneidade à conduta ao evitar a necessidade de tomar decisões acerca da maioria dos atos que realiza) e a pseudomutualidade (dispensa a pessoa de ter que tomar decisões, custando-lhe o bloqueio da espontaneidade), conforme Figura 1.



Figura 1 – Relações pseudomutuais
Fonte: Jornal *O Globo*

Segundo Wynne et al. (1980), as relações de genuína mutualidade conferem à pessoa um sentido de sua própria identidade significativa e positivamente valorada e, a partir da experiência ou participação conjunta, desenvolve-se o reconhecimento mútuo da identidade e um reconhecimento crescente das potencialidades e capacidades do outro. Já nas relações não mutuais, não há um esforço por manter a relação nem interesse por explorar os significados que cada pessoa pode oferecer à outra; se a relação se diferencia disso, aos poucos se encaminha para pseudomutualidade ou mutualidade.

Diferentemente, a pseudomutualidade mostra-se um fenômeno relacional que pode produzir danosas consequências no contexto familiar, devido ao esforço de adequação realizado às custas da diferenciação da identidade das pessoas que participam da relação, implicando um dilema característico: a divergência é percebida como uma ameaça, como algo a ser evitado, já que descompõe e enfraquece a relação, comprometendo o seu crescimento. Os limites instáveis que circundam o sistema familiar por completo, tal como um “cerco de goma”, expandem-se para incluir o que lhe parece complementar e se contraem para excluir o que não reconhece como complementar.

Desse modo, os autores acima elencados enumeram as características da pseudomutualidade familiar: a) invariabilidade da estrutura de padrões, apesar de alterações físicas e situações nas circunstâncias de vida de seus membros e das mudanças experimentadas na vida familiar; b) insistência no conveniente e

adequado desta estrutura de padrões; c) intensa preocupação com respeito a qualquer divergência ou independência relativa a essa estrutura; d) ausência de espontaneidade, novidade, humor e entusiasmo na participação conjunta. Logo, a pessoa, sem espaço para escolhas pessoais e decisões próprias, sente sua vida estéril e sem sentido; percebendo-se socialmente inábil, prefere o isolamento.

Como se pode ver, a pseudomutualidade, gerada pela indiferenciação, alimenta-a, impede a exploração de divergências no contexto interacional familiar e embota seus membros em sua capacidade criativa e relacional, compromete sua identidade pessoal, além de prejudicá-los em seus aspectos cognitivos ao impedi-los de argumentar e contra-argumentar.

Considera-se que o processo reflexivo se liga a formas argumentativas de comunicação, uma vez que o engajamento em argumentação possibilita o desenvolvimento da reflexão. Baseando-se nessa concepção vygotskyana, Leitão (2007) diz que embora o autor tenha postulado isso, não explorou a relação entre a gênese do pensamento reflexivo e a gênese de condutas argumentativas, o que se propõe a fazer.

Segundo Leitão (2007), a argumentação, como recurso semiótico-discursivo de mediação no desenvolvimento do pensamento reflexivo, é condição para a reflexão. A autora diz que a argumentação, entendida por Van Eemeren et al. (1996) como a defesa de pontos de vista e a consideração de objeções e perspectivas alternativas para aumentar ou diminuir a aceitabilidade dos pontos de vista em voga, produz no discurso um processo de negociação para o manejo de divergências entre concepções, que a institui como recurso de constituição do conhecimento e de desenvolvimento do pensamento reflexivo.

Quanto ao pensamento reflexivo, Leitão (2007) o toma por processo metacognitivo, um processo autorregulador do pensamento que se estabelece quando uma pessoa considera suas próprias concepções como objeto de pensamento à luz dos seus fundamentos e das fronteiras que as delimitam. Assim, a autora postula que os movimentos cognitivo-discursivos, ou seja, argumentar e contra-argumentar, promovem um deslocamento no foco da atenção da pessoa nos seus processos de pensamento, qual seja, leva o pensamento do primeiro nível de semiose – a cognição (pensar sobre algo) – para o segundo nível – a metacognição

(pensar a respeito do que pensa sobre algo). Assim, a metacognição pode ser “entendida como o ato de controlar o próprio ato de pensar, a administração deliberada das formas de raciocínio e de interação” (BRITTO, 2008 apud CORREA, 2009, p. 283).

Outro fenômeno relacional familiar que compromete a metacognição, ao desconsiderar a metacomunicação é o duplo vínculo, que pode ser visto na impossibilidade de a pessoa comentar a posição contraditória em que foi colocada, pois se o faz, a outra pessoa toma como uma acusação e insiste em que sua percepção está deformada, impedindo-a de falar da situação, logo de usar o plano metacomunicativo para corrigir a sua percepção da conduta comunicativa. A capacidade para comunicar sobre o comunicado é essencial para as relações exitosas. Caso contrário, a pessoa se vê incapacitada para discriminar o que querem dizer as pessoas, de fato, e para expressar o que quer dizer ela, de fato.

O conceito de duplo vínculo acima descrito foi formulado por Bateson et al. (1997) e expressa uma situação específica, cujos “ingredientes necessários” são: 1) duas ou mais pessoas, sendo uma delas definida como a “vítima”; 2) experiências tão repetidas que a estrutura do duplo vínculo chega a ser uma expectativa habitual; 3) uma ordem negativa primária; 4) uma ordem secundária que se choca com a primeira em um plano mais abstrato e posto em vigor com castigos ou sinais que põem em perigo a sobrevivência; 5) uma ordem terciária negativa que proíbe que a vítima escape da situação, especialmente se isto se dá na infância; 6) qualquer parte de uma sequência pode ser suficiente para precipitar o pânico ou a cólera. Os autores dizem que o conjunto desses ingredientes já não é necessário quando a vítima aprendeu a perceber seu universo pautado no duplo vínculo.

Assim, os autores supramencionados definem como características gerais da situação de duplo vínculo necessariamente coexistentes: o envolvimento da pessoa em uma relação intensa, que sente que tem vital importância discriminar com exatidão a mensagem que está sendo comunicada, a fim de responder adequadamente; a pessoa se encontra em uma situação em que a outra pessoa da relação expressa duas ordens de mensagem, e uma delas nega a outra; a pessoa não pode comentar as mensagens expressas para corrigir sua discriminação da ordem da mensagem a que deve responder, ou seja, não pode fazer uma

observação metacomunicativa. Em situações mais severas, pode gerar-lhe a incapacidade de discriminar entre Tipos Lógicos, confundindo o literal e o metafórico em suas próprias manifestações.

Desse modo, conforme Figura 2, nas relações familiares configura-se uma situação em que em que a pessoa, dizem os autores, “faça o que fizer, não pode ganhar”.

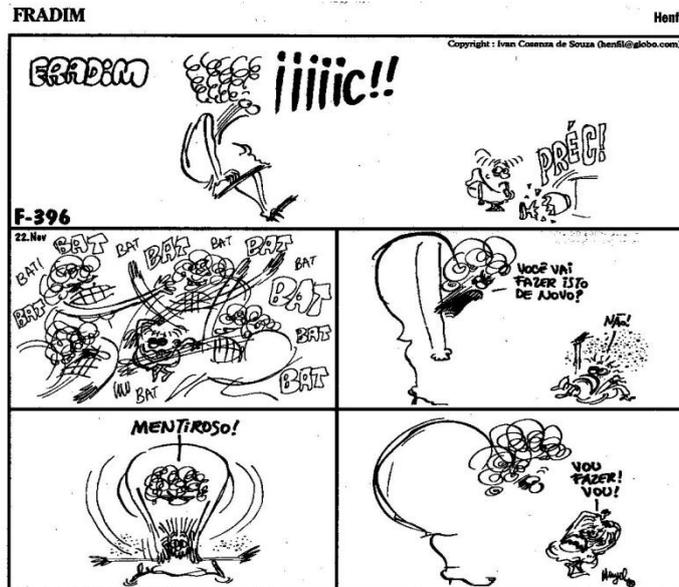


Figura 2 – Relação familiar baseada no “duplo vínculo”
Fonte: Jornal O Globo

Se uma pessoa com uma conduta afetuosa tenta encobrir um sentimento hostil, colocará a outra em duas possibilidades: 1) discriminará os sinais metacomunicativos de que está sendo rejeitada apesar da conduta afetuosa, o que será recebido como uma acusação e receberá punição por tal feito; 2) negará para si mesma a rejeição, enganando-se a si mesma acerca de suas percepções, discriminando falsamente suas próprias mensagens internas, buscará, então, maior proximidade, pelo que será rispidamente afastada. Em ambas as situações será punida, seja por discriminar com exatidão ou com inexatidão: está presa em um duplo vínculo.

Torna-se claro, então, que uma pessoa ao dar uma ordem ou emitir um parecer, precisa permitir que a outra pessoa considere a metacomunicação, ou seja, possa comunicar a mensagem que recebeu, a fim de checar o seu entendimento sobre o que foi comunicado, para conseguir organizar adequadamente seus

sentimentos e pensamentos e, então, poder responder coerentemente à situação, conforme Figura 3.

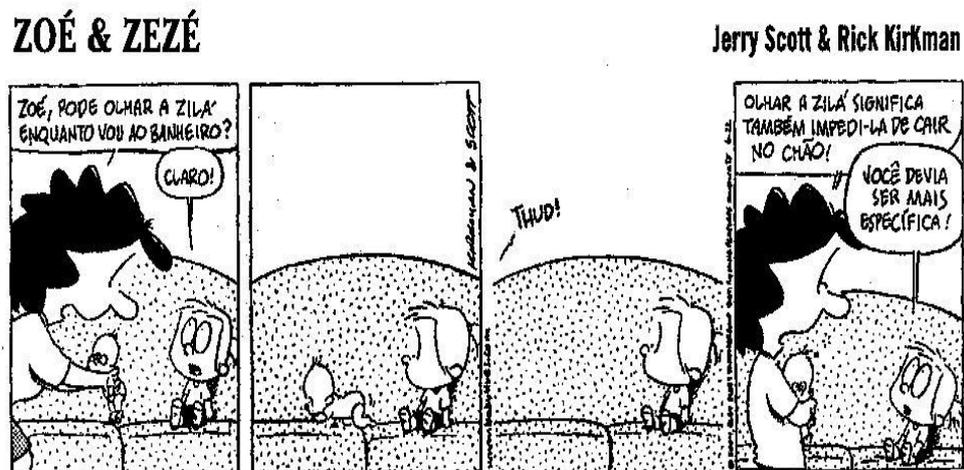


Figura 3 – Relação em que a metacomunicação é permitida
Fonte: Jornal *O Globo*

Todo o exposto se pode facilmente compreender sendo a comunicação uma necessidade natural do homem, segundo Fiorin (2103), uma necessidade que é respondida pela linguagem. Diz o autor que comunicar significa transmitir informações, mas antes de tudo relacionar-se, interagir, sendo a linguagem, portanto, um meio de ação mútua, um lugar de confrontações, acordos e negociações. Na verdade,

A linguagem não se presta apenas a perceber o mundo, para categorizar a realidade, para realizar interações, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser lugar e fonte de prazer, para estabelecer identidades, para agir no mundo, mas também para criar novas realidades. (FIORIN, 2013, p. 30).

É nesse sentido que tais poderosas funções da linguagem podem favorecer a relação interpessoal em família. Embora muitos não se apercebam, as regras e os padrões de interação e de comunicação que organizam a família são construídos no contexto interacional. Sendo construções, podem ser desconstruídos para serem reconstruídos, possibilitando a todos recriarem as relações e se recriarem nelas.

A qualidade da comunicação na interação entre cônjuges e filhos é fundamental, afinal não se pode não comunicar, já que todo comportamento é um

modo de comunicação, segundo Watzlawick, Baevín e Jackson (1981); então, é preciso cuidar para que a comunicação não desqualifique ou descon firme o outro trazendo sérios prejuízos às pessoas individualmente e às relações interpessoais no seio da família. Os autores fazem menção à estrutura dos níveis de comunicação, apontando os aspectos de conteúdo (comunicação) e de relação (metacomunicação), dizendo que nesse contexto comunicacional, em que se enfatiza a definição de *eu* do outro, pode haver aceitação; rejeição, que equivale à mensagem “você está errado”; ou descon firmiação, que leva à “perda do eu”, à alienação ao se negar a definição de *eu* do outro, sob a mensagem “você não existe”.

Cabe enfatizar que se os fenômenos relacionais familiares estudados são potencialmente comprometedores, podem ser alterados pela mudança dos modos de interação, comunicação e comportamento dos membros da família, pois a qualidade do convívio familiar é dada por estes, em especial, pelos pais ou cuidadores. Relevante, portanto, seria socializar tais conhecimentos, a fim de que as pessoas, as famílias possam identificar as formas inadequadas de convivência em seu meio, para modificá-las e favorecer a interação familiar e social, o processo de ensino e aprendizagem escolar, o exercício consciente da cidadania, a autoexpressão responsável e autônoma, criativa e criadora.

CONCLUSÃO

Para haver uma interação ótima na família, importa que as relações interpessoais sejam baseadas em uma comunicação que aceita, que qualifica e confirma as pessoas no convívio familiar e que considerem a metacomunicação, a fim de que estas possam comunicar o que sentem e o que pensam, bem como aquilo que pensam sobre o que sentem e pensam, para que se organizem mentalmente e discriminem com exatidão o que de fato querem dizer elas mesmas e as demais pessoas, para que possam adequar assertivamente a percepção da conduta comunicativa.

Para haver uma interação ótima é necessário também valorizar a espontaneidade na tomada de decisões, entusiasmo na participação conjunta e a exploração de divergências entre concepções que valorize a importância da

argumentação e da contra-argumentação para o desenvolvimento do pensamento reflexivo por meio de relações familiares mutuais.

Assim, a interação familiar implica liberdade para a autoexpressão de sentimentos e pensamentos, a fim de favorecer a cognição e a metacognição, a comunicação e a metacomunicação, processos fundamentais ao desenvolvimento socioafetivo, intelectual e psíquico de seus membros, tanto em nível individual quanto coletivamente.

Para finalizar, importa lembrar que muitas pessoas se preocupam em proteger os filhos do “mundo lá fora” sem notarem que o “mundo aqui dentro” pode ser-lhes mais perigoso. A convivência familiar, que se dá na e pela linguagem, um meio de ação mútua, um lugar de confrontações, acordos e negociações, mostra-se de fato um desafio à cognição e à linguagem.

Referências:

ALKMIN, T. Sociolinguística. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs) *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

BATESON, G; JACKSON, D. D.; HALEY, J; WEAKLAND, J. H. Hacia una teoría de la esquizofrenia. *In*: JACKSON, D. D. (org). *Comunicación, familia y matrimonio*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1997.

CALIL, V. L. L. *Terapia Familiar e de Casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica*. São Paulo: Summus, 1997.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (cols) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CORREA, D. A. A escrita em uma abordagem integracionista: um estudo introdutório. *In*: COSTA, J. C.; PEREIRA, V. W. (Org.) *Linguagem e cognição: relações interdisciplinares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FIORIN, J. L. A linguagem humana: do mito à ciência. *In*: _____ (org.) *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

LEITÃO, S. Argumentação e desenvolvimento do pensamento reflexivo. *In*: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), p.454-462. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a13v20n3.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

WATZLAWICK, P.; BAEVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1981.

WYNNE, L. C.; RYCKOFF, I. M.; DAY, J.; HIRSCH, S. I. Pseudomutualid en las relaciones familiares de los esquizofrénicos. *In*: BATESON, G. (cols). *Interacción familiar*. Buenos Aires: EBA, 1980.